

GONÇALVES, Bruno Geraldo Guimarães\*

<https://orcid.org/0000-0001-6093-5762>

NOGUEIRA, Vera Lúcia\*\*

<https://orcid.org/0000-0002-4589-6010>

**RESUMO:** Este artigo pretende elucidar sobre o Movimento Estudantil secundarista do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte entre os anos de 1964 e 1977. O recorte temporal se justifica na medida em que representa o período que demarca o cerceamento e a reorganização do movimento na instituição de ensino durante a Ditadura Civil-Militar a partir da criação da Comissão Pró-Grêmio. O Movimento Estudantil foi um dos importantes canais de oposição ao regime autoritário que se instituiu no país com o golpe civil-militar de 1964. Em consequência a essa posição, medidas autoritárias foram tomadas em demasia contra aqueles que se opunham ao governo, cenário que se reproduziu no interior do Colégio Estadual, o que levou os secundaristas a se posicionarem contra todo o autoritarismo e a perseguição que lhes eram impostos pela direção e por agentes da repressão. Em relação ao aporte teórico, o estudo se constituiu perante o diálogo entre a História Cultural e a História Política, algo que vem ganhando destaque em estudos no campo da História da Educação. Para a construção desta pesquisa, recorreremos à documentação escolar (MORAES, 2005) referente ao recorte, a relatos orais de egressos que atuaram no Movimento Estudantil de oposição do Estadual Central dentro da perspectiva da História Oral, bem como à análise de conteúdo textos publicados no jornal *Caminhando contra o vento*, um impresso estudantil produzido no Central na década de 1970.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comissão Pró-grêmio; Impresso *Caminhando contra o vento*; Estadual Central de Belo Horizonte.

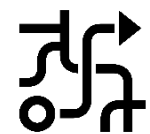
**ABSTRACT:** This article aims to shed light on the Secondary Student Movement at the Colégio Estadual Central de Belo Horizonte between the years 1964 and 1977. The time frame is justified as it represents the period that demarcates the restriction and reorganization of the movement at the educational institution during the Civil-Military Dictatorship following the creation of the Pro-Grêmio Commission. The Student Movement was one of the important channels of opposition to the authoritarian regime that was established in the country with the civil-military coup of 1964. As a result of this position, excessive authoritarian measures were taken against those who opposed the government, a scenario that reproduced inside the State College, which led high school students to take a stand against all authoritarianism and persecution imposed on them by management and agents of repression. In relation to the theoretical contribution, the study was constituted by the dialogue between Cultural History and Political History, something that has been gaining prominence in studies in the field of History of Education. To construct this research, we used school documentation (MORAES, 2005) referring to the excerpt, oral reports from graduates who worked in the opposition Student Movement of the Central State within the perspective of Oral History, as well as content analysis of texts published in newspaper *Caminhando contra o vento*, a student publication produced at Central in the 1970s.

**KEYWORDS:** Pro-Grêmio Committee; Print *Caminhando contra o vento*; Central State of Belo Horizonte.

---

\* Mestre em Educação e Formação Humana pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e professor da rede pública estadual de ensino de Minas Gerais. E-mail: [bruno.goncalves@educacao.mg.gov.br](mailto:bruno.goncalves@educacao.mg.gov.br).

\*\* Professora do Programa de Pós-graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: [vera.nogueira@uemg.edu.br](mailto:vera.nogueira@uemg.edu.br)



## INTRODUÇÃO

“Caminhando contra o vento/ Sem lenço, sem documento/ No sol de quase dezembro/ Eu vou...”. Em 1967, no III Festival da Canção da Rede Record, Caetano Veloso apresentava pela primeira vez a canção “*Alegria, alegria*”, que já nos primeiros versos traz consigo uma mensagem de liberdade em um momento em que o país vivenciava o período político de maior intensidade repressiva, a Ditadura Civil-Militar.

A Ditadura Civil-Militar (1964-1985) estabeleceu no país uma nova ordem política na qual as liberdades individuais foram eliminadas em prol de um projeto de governo cujo objetivo era neutralizar as forças oposicionistas. Assim, desde o primeiro momento, o governo militar estabeleceu ações em prol dessa nova dinamização, ou seja, partidos políticos, movimentos sociais, forças progressistas, artistas, intelectuais, entre outros viram suas liberdades eliminadas sob a égide de um Estado de Exceção.

Mesmo com todo aparato de repressão imposta, houve aqueles sujeitos que não se curvaram e continuaram a lutar pelo restabelecimento da ordem democrática, colocando-se em oposição ao regime político vigente. Nesse cenário, destacamos os estudantes e seu movimento estudantil de oposição, já que não se organizavam de maneira homogênea. Em suma, havia diversos movimentos estudantis, inclusive aqueles que se posicionavam a favor das bandeiras do governo militar, chamados de “estudantes democráticos” (BRAGHINI, CAMESKI, 2015). No entanto, neste artigo, o movimento estudantil que abordamos é o de oposição, denominados de “estudantes subversivos” por Braghini e Camesk (2015) e, em específico, destacamos a atuação dos secundaristas do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte.

Quando se fala em estudos sobre a atuação política dos estudantes no período da Ditadura Civil-Militar, há um foco direcionado para aquele movimento que ocorreu no meio universitário, sendo guiados por entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE). Todavia, é preciso alargar essa compreensão e pensar na oposição estudantil no contexto das instituições de ensino secundário, já que, os estudantes compuseram um dos grupos mais ativos de oposição ao Regime Militar desde que o golpe foi consolidado. Para isso, focalizamos o movimento instituído no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, o qual era tratado como um espaço de politização juvenil. O Estadual Central sempre foi visto como palco de um movimento estudantil ativo, graças a uma perspectiva de liberdade cultivada no colégio, que ficou conhecido na capital mineira como a “escola sem muros” (TEIXEIRA, 2019).



Essa liberdade, no entanto, foi retirada a partir do momento que os militares alçaram o poder e iniciaram a sua trajetória de imposições políticas que levou ao cerceamento do movimento estudantil. Desse modo, neste artigo, buscamos demonstrar o desenvolvimento do movimento estudantil secundarista de oposição no Estadual Central de Belo Horizonte entre os anos de 1964 e 1977. Tal recorte se justifica pelo fato de demarcar dois momentos fundamentais para o entendimento da atuação política desses estudantes no interior do colégio. O primeiro momento simboliza a retirada da legalidade do movimento estudantil em 1964 a partir de ações intervencionistas do governo sobre as entidades representativas dos estudantes em todo país. O segundo demonstra um movimento de reorganização política através da criação da Comissão Pró-Grêmio e a publicação das primeiras edições do impresso “*Caminhando contra o vento*” no ano de 1977.

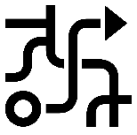
Este artigo é dividido em três momentos, além desta introdução. No primeiro momento, abordamos o Movimento Estudantil na Ditadura Militar e o Colégio Estadual Central de Belo Horizonte. No segundo, tratamos sobre o Movimento Estudantil no Estadual Central. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

## **O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA DITADURA MILITAR E O COLÉGIO ESTADUAL CENTRAL DE BELO HORIZONTE.**

Com a efetivação do golpe civil-militar de 1964, militares alcançaram o poder após a deposição do então presidente João Goulart, dando início a vinte um anos de uma ditadura de cerceou direitos, silenciou artistas e meios de comunicação e que perseguiu, torturou e assassinou opositores.

Contudo, mesmo diante desse cenário repressivo sob a tutela dos militares e com apoio de camadas da sociedade civil, não houve um recuo definitivo da oposição. Os opositores buscaram se manter em uma posição de resistência a todo aparato autoritário presente na realidade política brasileira, por meio da organização e da luta pelo restabelecimento da ordem democrática. Em suma, esses sujeitos se posicionavam contrários a toda a situação de exceção que era imposta pelo Regime Militar; é o caso dos estudantes e de seu movimento estudantil.

O Movimento Estudantil foi um dos primeiros alvos do Regime Militar, no que tange a lógica de cerceamento político. Podemos observar isso com base nas intervenções realizadas pelo Estado nas entidades estudantis e, principalmente, do



estabelecimento da Lei n.º 4464 de 9 de novembro de 1964, a chamada “Lei Suplicy Lacerda”, que estabeleceu um controle direto do governo sobre as representações estudantis das instituições de ensino (VALLE, 2008).

Assim, tomou-se essa situação como fundamento para conduzir uma nova dinamização do movimento, ou seja, posicionar-se enquanto oposição era fundamental. Quando se fala em um movimento estudantil secundarista de oposição, no contexto da cidade de Belo Horizonte, logo se pensa naquele organizado pelos secundaristas do Colégio Estadual Central, local de grande agitação política estudantil. Ainda, durante a Ditadura Civil-Militar, o colégio se tornou referência não somente pela sua qualidade de ensino, mas também por possuir um número significativo de jovens que se posicionaram contrários ao regime repressor que tomava o país.

O Colégio Estadual Central foi inaugurado em Belo Horizonte em 1943, para ser símbolo de uma nova capital que ainda buscava se estabelecer como centro urbano de grande relevância no cenário nacional. Isto fica claro nas palavras de Gouvêa e Lisboa (2016, p. 265) ao dizerem que “[...] o Colégio Estadual foi um dos ousados projetos do jovem arquiteto Oscar Niemeyer para a cidade de Belo Horizonte, juntamente com o Complexo Arquitetônico da Pampulha [...]”, ou seja, a imponência do Estadual Central já começava por sua magnitude e simbologia arquitetônica voltada à ideia de um espaço moderno.

A inauguração do colégio trouxe um ar de modernidade à capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, uma cidade planejada no final do século XIX, simbolizando um novo momento para a história da cidade. Essa aspiração fica evidente na própria estrutura física do colégio que alude a elementos que compõem o dia a dia da estrutura escolar, isto é, a obra simboliza a escola em seus detalhes.

*Figura 1 – Auditório do Colégio Estadual Central “Escola Estadual Governador Milton Campos” denominado de “Mata-borrão”*



Fonte: Extraído do Jornal “O Estado de Minas”



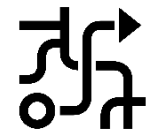
A concepção física da escola é detalhada por Teixeira da seguinte forma:

O Colégio Estadual é formado por um conjunto de três edifícios: um abrigando as salas de aulas e administração; o outro, o auditório; e o terceiro, a caixa d'água e o mastro. O auditório tem a forma de duas curvas simétricas-convexa na abertura e côncava no piso, apoiando-se a obra no ponto em que a curva côncava tangencia o solo, um verdadeiro mata-borrão. (TEIXEIRA, 2019, p. 157).

Outra ideia contida na obra do Colégio era a de integrar a instituição de ensino à cidade, ou seja, fazer daquele espaço um local de socialização e liberdade. Essa ideia parte da própria concepção de Oscar Niemeyer, que pensa as suas obras não como espaço individualizado, mas sim coletivo. Dessa forma, a marca do Estadual foi não ter muros que, segundo Teixeira (2019, p. 160), representa “[...] a integração da escola com a cidade e o trânsito dos alunos”.

Mas a escola sem muros não aludia apenas à ideia de um local de livre circulação e de integração com a cidade, também se colocava como um modelo de construção pedagógica, onde a liberdade era fundamento essencial para o desenvolvimento de práticas educativas e garantia de um plano de ensino-aprendizagem. Os alunos tinham liberdade, pois não se viam presos entre muros, tampouco na obrigação de estarem ali. Eles viviam uma liberdade no que diz respeito às suas obrigações escolares, o que passou a ser denominada na instituição de “liberdade responsabilizada” que, para Teixeira (2019, p. 177), significava “[...] o princípio pedagógico básico adotado no [...] principal estabelecimento de ensino secundário [...] de Belo Horizonte”. Teixeira (2019, p. 181) explica que, mediado por esse princípio, o “[...] aluno seria levado a valorizar o estudo e a refletir por si próprio, daí constantes apelos ao trabalho pessoal, livre e voluntário”. Desse modo, o “[...] velho sistema da recompensa material, punição corporal, foi sendo trocado pelas estratégias da responsabilização direta”.

A posição da escola em garantir a liberdade do ensino aos alunos ficou denominada “autogoverno”. Isso era algo inovador que remetia à própria posição da escola diante da sociedade belo-horizontina. A escola não se posicionava enquanto um espaço fechado e não tinha um modelo de ensino moldado na rigidez e na arbitrariedade de uma posição educativa, oferecendo ao aluno uma liberdade regulada, onde o aluno é livre, mas pode sofrer consequências, caso não saiba fazer uso correto dessa liberdade.



Em resumo, o “autogoverno” se baseia na autonomia vivida pelos alunos, no que envolve o desenvolvimento de seu processo ensino-aprendizagem. Teixeira complementa que:

O regime da autonomia ou do self-government [...] libertava o aluno da tutela pessoal do adulto e também da tradicional correia disciplinar, porque a colocava sob a tutela de sua própria consciência moral [...]. O autocontrole era visto como qualidade essencial que deve possuir cidadãos de um regime democrático. (TEIXEIRA, 2019, p. 182).

A proposta de estabelecer um regime de ensino garantidor de uma liberdade ao aluno foi fundamental para a formação e consolidação de um Movimento Estudantil atuante, não apenas no interior do Colégio, mas, em toda cidade de Belo Horizonte, fato de detalharemos a seguir neste artigo.

## **O MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA NO ESTADUAL CENTRAL**

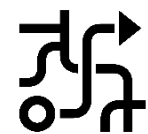
Foi nesse ambiente, pautado por um padrão de liberdade, que se formou um dos movimentos estudantis secundaristas mais relevantes da cidade de Belo Horizonte. Sob as aspirações de liberdade, parte dos estudantes do Estadual Central se posicionavam em relação às demandas políticas e educacionais que se faziam pertinentes na sociedade, tornando a escola um dos palcos de maior intensidade política estudantil.

Segundo Gouvêa e Lisboa:

Os alunos tinham no colégio intenso espaço de formação e atuação política, que ultrapassava o cotidiano escolar. Estavam em contato com diversas outras entidades, como o Diretório Estudantil do Colégio Municipal de Belo Horizonte e a União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Belo Horizonte (UMES) (LISBOA, 2016, p. 277).

A proximidade dos alunos do Estadual Central com as demais entidades estudantis fomentava ainda mais a politização desses alunos. Esse aspecto acabou colocando a instituição em rota de vigilância por parte das autoridades policiais, principalmente com a consolidação do aparelho de repressão constituído pela Ditadura Civil-Militar.

Até a deposição de João Goulart, o movimento estudantil do Estadual Central se inseriu em um contexto de mobilização que já se encontrava em desenvolvimento na cidade, havendo uma interligação com jovens de outras instituições de ensino,



tanto secundárias quanto universitárias. Nessa realidade, o movimento estudantil do Central se constitui, como retrata Teixeira, na seguinte passagem:

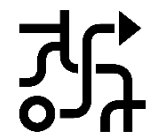
[...] diretório estudantil; a JEC (Juventude Estudantil Católica); os cineclubes; ou mesmo a filiação a algum partido político. Em termos de política estudantil, as entidades representativas dos alunos secundaristas eram atuantes e organizadas na cidade e não apenas entre os alunos do Colégio Estadual [...]. (TEIXEIRA 2019, P. 214).

Era um movimento estudantil que trazia consigo toda uma amplitude ideológica e identitária. Os jovens que viviam esse momento no Estadual Central simbolizavam a essência da luta e da organização estudantil na cidade, mas veio o Golpe Civil-Militar de 1964 e, a partir disso, todo esse panorama se modificou. Aquele movimento que se organizava e se posicionava iria sofrer com as ações repressivas instantâneas impostas pelo governo, afinal o autoritarismo iria recair sobre os jovens secundaristas. Além disso, iriam perceber que era momento de mudar a postura e intensificar a luta contra todo espaço autoritário.

Uma das primeiras ações repressivas voltadas contra o movimento estudantil no Estadual Central pós-golpe de 1964 foi a tomada de poder do chamado Diretório dos Estudantes (DE), no qual os secundaristas da instituição se organizavam enquanto movimento. Esse diretório, segundo Moraes (2014, p. 17), “[...] ocuparia, gradualmente, o proscênio da instituição foco de intensa politização [...]”. A intervenção realizada sobre o diretório, nas palavras de Moraes, ocorreu da seguinte forma:

Mais rápido, porém, do que se imaginava, os ecos do golpe perpetrado pelos militares se fizeram soar no Colégio Estadual. Ambivalente e complacente, o novo reitor, escolhido pela congregação, lavou as mãos quando, em nome da Junta Interventora das Entidades Representativas dos Estudantes de Grau Médio do Estado de Minas Gerais, efetivou a tomada do poder do DE (MORAES, 2014, p. 47).

Assim, como no âmbito nacional, a representação estudantil do Estadual Central logo se tornou vítima do aparelho repressivo. O que ocorreu com o Diretório dos Estudantes do colégio era apenas a sequência de ações que já tinham atacado a UNE e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), as principais entidades estudantis do país, demonstrando que os estudantes eram realmente vistos como uma ameaça iminente para a ordem política.



Com o ataque sofrido junto do DE, os estudantes do Central tiveram que se reorganizar e buscar novos caminhos para realizarem uma oposição a todas as arbitrariedades impostas pelo governo. Desse modo, sem uma representação estudantil legalizada, os estudantes decidiram idealizar atos contrários a toda a situação política que vivenciavam. Em vista disso, o movimento estudantil se aproximou de organizações políticas diversas que, segundo Teixeira (2019, p. 210), “passam a atuar de forma clandestina dentro da própria escola”.

Para Moraes:

[...] grupos políticos do colégio montaram seu xadrez ideológico. Dentro do espectro reinava hegemônica a Ação Popular (AP), formada em 1962, a partir de uma ruptura da Juventude Universitária Católica (JUC) com a hierarquia eclesiástica. Dividida a arena com outras duas facções de esquerda, o proscrito Partido Comunista Brasileiro, o Partidão, e a Organização Marxista Revolucionária – Política Operária (Polop), permeadas por sutis diferenças na atuação prática de cada uma. (MORAES, 2014, p. 51).

Era uma pluralidade ideológica e, nesse cenário, os estudantes foram se readaptando a situações políticas que lhes eram colocadas, bem como construindo um movimento oposicionista dentro da instituição de ensino. No pós-golpe, lideranças estudantis do Estadual Central, como Apolo Heringer Lisboa, Ageu Heringer, Fernando Pimentel, Dilma Vana Rousseff, Borges Martins, Pedro Moreira Machado, Caio Júlio Resende, Carla Junho Anastasia, entre outros (MORAES, 2014), aparecem para deixar seu nome marcado na história política estudantil da instituição.

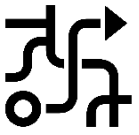
Dessa forma, seguindo as movimentações idealizadas pela UNE e, posteriormente, pela UBES, os jovens do Central começaram a participar de todas as ações idealizadas na cidade. Quando ocorreu a prisão de estudantes durante o 28.º Congresso da UNE na cidade, em 1966, o movimento estudantil da instituição não se posicionou de maneira isenta e logo buscou meios de protestar contra o ocorrido.

De acordo com Moraes:

[...] decidiu-se, então, numa reação temerária e sem maior ingerência da cúpula do DE, por uma passeata silenciosa na manhã do dia seguinte em frente ao Departamento de Vigilância Social, pouco antes desse se transformar no Departamento de Ordem Política e Social, o temido DOPS, reivindicando a libertação imediata dos presos. (MORAES, 2014, p. 59).

A ação dos estudantes do Central demonstrou a sintonia que o movimento da instituição possuía com as entidades nacionais e estaduais. Além disso, confirmou a





postura política de parte dos secundaristas do colégio em relação a ações que referiam à posição dos estudantes junto à sociedade, mesmo que não surtiram os efeitos esperados, a exemplo desse ato contrário à prisão dos estudantes presentes no Congresso da UNE. O que se sabe é que forças policiais agiram e colocaram fim ao ato de forma violenta, como descrito por Moraes no livro “Colégio Estadual”:

Claro que o desfecho não poderia ser diferente. Terminou em confronto e espancamento dos alunos pelas forças policiais, que só não atingiu maiores proporções em função do canal a céu aberto existente naquele tempo na Avenida Afonso Pena, diante do órgão, que funcionou como barreira de proteção (MORAES, 2014, p. 57).

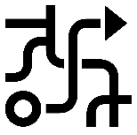
Nos dias subsequentes ao ocorrido em Belo Horizonte, o movimento estudantil buscou – de forma clandestina – organizar o evento até então reprimido pela polícia e por forças governamentais. Esse ocorreu no fim de julho nos salões do porão da Igreja de São Francisco das Chagas, no bairro do Carlos Prates, mesmo cercado por forças policiais.

Seguindo o padrão de reorganização institucional que já remetia primeiramente à UNE e logo depois à UBES, o movimento estudantil do Estadual Central também buscou reocupar o controle do Diretório Estudantil, mesmo que este órgão não fosse visto mais sob a perspectiva da legalidade. Nesse contexto de grande agitação estudantil, a proposta foi idealizar um evento, na própria escola, com o objetivo de eleger uma nova diretoria para o DE. Na disputa, foram colocadas duas chapas ligadas a movimentos e partidos políticos de esquerda.

As chapas foram compostas da seguinte forma:

De um lado, a União, apoiada pela Polop, e o Partidão, tendo Ageu Heringer Lisboa e Amílcar Vianna Martins na condição de mentores e Marco Antônio Meyer como AP, tendo Antônio Luiz Bernardes, o Padre, no manejo dos cordéis e José Sebastião Fernandes, o Tião, na cabeça de chapa, que contava ainda com Carla Anastasia (MORAES, 2014, p. 59-60).

As eleições demonstravam definitivamente que o movimento estudantil do Colégio traria consigo concepções ideológicas de esquerda. O processo culminou com a vitória da chapa União, que assumiria o comando das ações estudantis na escola até o fechamento definitivo da Ditadura Civil-Militar com o Ato Institucional Número 5 e com o Decreto-lei 477, ou seja, a União foi o último agrupamento político a comandar a oposição estudantil do Central, mesmo na clandestinidade.



Assim que empossada, a nova diretoria do DE já assumia uma postura de reivindicações internas, as quais foram detalhadas ainda durante o período de campanha das chapas. No âmbito da própria dinâmica institucional do colégio, nas palavras de Moraes:

[a] nova diretoria do DE começou a colocar suas mangas de fora [...], pregando a reabertura do conselho de representantes de turma, o reaparelhamento dos laboratórios, a melhoria da biblioteca, o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo diretório (barbearia, cooperativa, gabinete dentário e engraxataria) e uma lufada cultural através do seu departamento, cargo a ser ocupado por Amilcar. (MORAES, 2014, p. 60).

Além dessas reivindicações estudantis, essa gestão do DE do Estadual também iria ter um importante papel no que diz respeito a manifestações contra a morte do secundarista Edson Luís, na cidade do Rio de Janeiro.

As manifestações dos estudantes contra a morte do colega Edson Luís em Belo Horizonte iniciaram com a organização de uma passeata que acabou sendo reprimida por agentes da polícia e do DOPS. No Estadual Central, os secundaristas que compunham o movimento estudantil da instituição decidiram fazer uma “[...] ocupação na noite que seria comemorado o quarto aniversário da ‘revolução’. Esse ato se estenderia noite afora e o dia seguinte, quando o quarteirão seguiu cercado por forças e agentes policiais dispostos a acabar com o motim” (MORAES, 2014).

O posicionamento dos estudantes do Estadual Central neste ato pode ser observado nas figuras 1 e 2, retiradas da sindicância aberta pela escola para investigar os alunos envolvidos no protesto.

*Figura 2 – Pichação feita pelos estudantes do Estadual Central envolvidos no protesto contra a morte de Edson Luís*

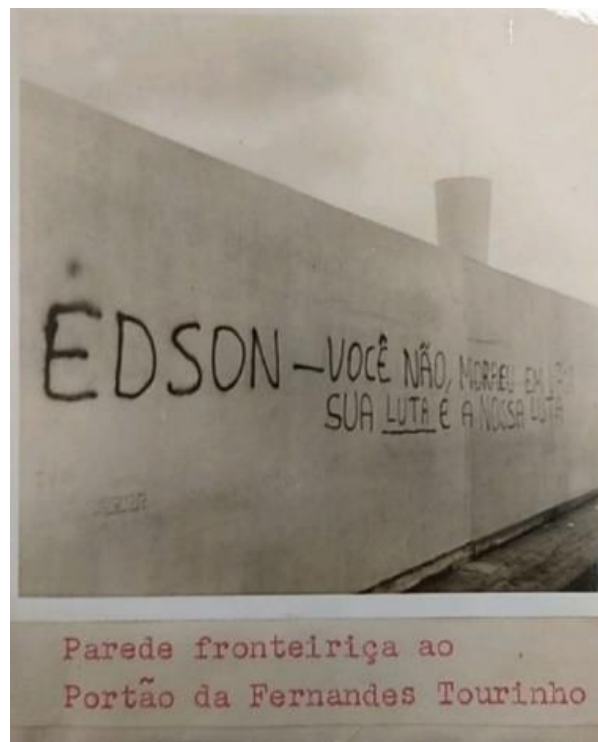


Fonte: Acervo Documental do Estadual Central – Pasta de Sindicância (1968).

Figura 3 – Pichação feita pelos estudantes do Estadual Central envolvidos no protesto contra a morte de Edson Luís

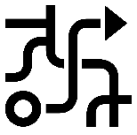


Figura 4 – Pichação feita pelos secundaristas do Estadual Central em memória a Edson Luís, morto no restaurante do Calabouço por forças policiais na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Acervo Documental do Estadual Central – Pasta de Sindicância (1968).

Essa ação estudantil acabou se tornando alvo de uma investigação interna no colégio, como mencionado anteriormente. Em maio de 1968, foi instaurada uma sindicância, que segundo documentação encontrada no acervo documental do Estadual Central, objetivava estabelecer uma investigação sobre



[...] os acontecimentos que passaram no Colégio, no dia 03/04/1968, quando o estabelecimento foi ocupado por elementos de diversas procedências, entre os quais alunos nossos. Esta Reitoria julga necessária a apuração não só da extensão dos fatos ocorridos, como também as responsabilidades dos alunos do colégio [...]. (ACERVO COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR MILTON CAMPOS, 1968).

No relatório final dessa sindicância, foi explanado que o ato ocorreu devido a “emoção, intenção de solidariedade, impulsos da adolescência, reflexo da inquietação estudantil nacional daqueles dias”<sup>1</sup>. Apesar de terem visualizado os atos enquanto um movimento originado dentro da esfera da emoção causada pela morte de Edson Luís, ficou determinado como infratores e participantes do ato os seguintes alunos: “Amilcar Viana Martins Filho, Marco Aurélio Barbosa de Miranda, Geraldo Paulo Magalhães Filho, Joel Jorge Filho e Paulo Roberto Viana Espeschi”. (ACERVO COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR MILTON CAMPOS, 1968).

Os citados como envolvidos no ato acabaram recebendo pena mínima, como cita trecho a seguir:

Entretanto, por serem primários os infratores, pois nada está registrado na sua vida escolar em seu desabono, sugere à Comissão que lhe aplique a pena mínima da advertência, a ser feita por esta Reitoria [...]. Sugerimos, data vênua, que Vossa Excelência mande registrar em arquivo próprio, existente na secretaria do Colégio, o fato de terem eles sido advertidos, e ainda, que deste acontecimento se dê ciência a seus pais ou responsáveis legais (ACERVO COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR MILTON CAMPOS, 1968).

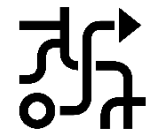
Apesar de a punição ter sido mínima por parte da Reitoria do Estadual Central em relação ao ato em memória a morte de Edson Luís, demonstra que os estudantes da instituição que participavam do movimento estudantil estavam em congruência com demais movimentos estudantis de oposição ao Regime Militar. O Movimento Estudantil do Estadual estava inserido em um contexto maior, fazendo parte de uma mobilização que ganhava as ruas do país naquele momento. As consequências por compor esse espaço chegariam por meio de ações que paralisaram por um tempo as atividades do movimento no colégio, começando pelo chamado Centro Cívico.

Os Centros Cívicos foram introduzidos nas instituições de ensino durante a implementação da disciplina Educação Moral e Cívica<sup>2</sup>. Esses espaços passam a ser

---

<sup>1</sup> ACERVO COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR MILTON CAMPOS, 1968.

<sup>2</sup> Disciplina introduzida no currículo escolar brasileiro a partir do Decreto-lei n.º 869 de 12 de setembro de 1969.



estimulados no contexto escolar a partir da regulamentação do Decreto-lei n.º 68.065 de 14 de janeiro de 1971, que, no artigo 32, estabelece que:

[...] nos estabelecimentos de qualquer nível de ensino, públicos e particulares, será estimulada a criação do Centro Cívico, o qual funcionará sob a assistência de um orientador, elemento docente designado pelo Diretor do estabelecimento, e com a diretoria eleita pelos alunos, destinado à centralização, no âmbito escolar, e à irradiação, na comunidade local, das atividades de Educação Moral e Cívica, e à cooperação na formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando (BRASIL, 1971).

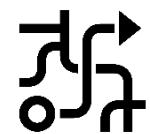
Essa estrutura do Centro Cívico nas instituições de ensino é afirmada por Filgueiras (2006) que, em sua dissertação, esclarece que “[...] ao centro cívico é atribuída maior importância e todos estabelecimentos de ensino deveriam criar o seu. O diretor do estabelecimento designaria um professor para ser o orientador do centro cívico. A diretoria seria eleita pelos alunos” (FILGUEIRAS, 2006, p. 84).

Sobre as funções que deveriam ser exercidas pelo centro cívico nas escolas, Filgueiras ainda nos traz a seguinte ideia:

[...] o centro cívico deveria ser utilizado para treino, por meio das eleições de seus membros – aprender a montar uma chapa, elaborar um programa, votar. Reproduzindo parte da constituição de 1967, eram esclarecidos os principais direitos do cidadão brasileiro. (FILGUEIRAS, 2006, p. 140).

Essas questões envolvendo o centro cívico denotam que o governo militar, no intuito de neutralizar as ações do movimento estudantil de oposição nas instituições de ensino, propôs moldar uma juventude que atendesse aos seus anseios, tendo a missão de fundamentar ao aluno brasileiro uma ideia de cidadania que remetia aos desejos da Ditadura, bem como fazer com que as representações estudantis “oficiais” tivessem um rígido controle por parte das direções escolares.

No Estadual Central, por intermédio da criação do centro cívico, o movimento estudantil, que já se encontrava em um momento de enfraquecimento, entrou em um processo de desaparecimento. O mesmo aconteceu no contexto amplo, formando um hiato nos movimentos. Somente o centro cívico se destinou a ser uma representação dos estudantes no colégio, mas, devido ao controle imposto pela direção, distanciava-se dos reais interesses dos alunos. Nas palavras do ex-aluno Elian Guimarães, em depoimento para esta pesquisa: “o centro cívico substituíva o grêmio e os alunos que



o compunham eram muito ligados à direção, só estavam ali para organizar festas cívicas”<sup>3</sup>.

A partir da criação do centro cívico na instituição e das imposições políticas legais decretadas pelo governo militar no intuito de neutralizar as ações do movimento estudantil, ficou difícil atuar de forma veemente em oposição ao regime. Esse fato colocou o ME do Estadual Central em uma posição totalmente adversa por um período, retornando a movimentar apenas no ano de 1977, quando é criada a Comissão Pró-grêmio em contraposição ao centro cívico e em busca por uma representatividade estudantil autônoma.

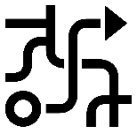
A reorganização do ME do Estadual Central tem como ponto chave a realização do III Encontro Nacional dos Estudantes na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O evento propunha aprofundar as ações que levariam à efetividade da UNE enquanto uma representatividade legítima dos estudantes brasileiros. Nesse sentido, debates anteriores seriam colocados em pauta, incluindo o estabelecimento da criação de uma Comissão Pró-UNE, que seria responsável por definir todo processo de reconstrução da entidade. A criação dessa entidade, dentro da diversidade de ideias que havia no movimento estudantil, recebia o apoio de vários grupos políticos estudantis, em especial daqueles que englobavam a Organização Revolucionária Marxista Política Operária – POLOP – membros do “[...] DCE da PUC-Rio, que desejavam primeiramente fazer parte da Comissão Pró-UNE que deveria ser criada” (MULLER, 2016, p. 152).

Contudo, a movimentação realizada pelos estudantes e suas manifestações anteriores chamaram a atenção do governo militar, que passou a observar as ações estudantis de uma forma mais severa. Quando tiveram ciência de que os estudantes oposicionistas estavam prestes a realizar um evento de grande proporção, logo os militares agiram e buscaram estabelecer a proibição da realização do evento na capital mineira.

A proibição do evento na UFMG partiu do Ministro da Educação, Ney Braga, que, conforme Santana:

---

<sup>3</sup> Depoimento colhido a partir de uma entrevista narrativa durante a pesquisa de mestrado em Educação e Formação Humana seguindo os procedimentos da metodologia da História Oral, pesquisa devido à condição sanitária da pandemia da COVID-19 foi realizada através do *Google Meet* no mês de novembro de 2021.



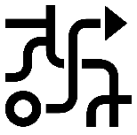
[...] divulgou nota proibindo a realização do III ENE. O governador mineiro, Aureliano Chaves, mandou bloquear o acesso a todas as escolas da Faculdade de Medicina, que sediaria o encontro. O reitor da UFMG, Eduardo Osório Cisalpino, além de proibir o evento e ameaçar punir os estudantes de acordo com o estatuto da universidade caso utilizassem o diretório como local para o ENE, decretou recesso escolar e administrativo. (SANTANA, 2019, p. 205).

O governo mineiro, o Ministério da Educação e a administração da UFMG se uniram na intenção de impedir a realização do III ENE. Seja como for, esses estudantes não iriam conseguir levar adiante o evento como planejavam. Embora conseguissem acessar as dependências da Faculdade de Medicina, esses iriam vivenciar um dos aparatos mais repressivos montados nesse estágio da Ditadura. Forças policiais tomaram as ruas da região hospitalar de Belo Horizonte e agiram de forma violenta com uma única finalidade: manter a ordem e impedir que os estudantes voltassem a ter uma entidade livre.

Ao final dessa operação repressiva, estabeleceu-se “[...] 850 prisões, incluindo 348 estudantes em vigília na Faculdade de Medicina e três jornalistas” (SANTANA, 2019, p. 205). O evento que marcaria um passo definitivo para consolidação da refundação da UNE foi neutralizado pela marca primordial do regime militar: a violência exacerbada. Esse foi um momento em que o ME sofria não uma derrota definitiva, mas um abalo que não iria parar o movimento, pois, posteriormente a esse episódio, os estudantes se fortaleceram e perceberam que mais do que nunca a luta deveria continuar.

Muller (2016, p. 153) descreve que, após a repressão imposta aos estudantes no III ENE em Belo Horizonte, foram realizados em várias cidades “[...] protestos contra a ação policial empreendida em Belo Horizonte e, em assembleias, houve propostas de redefinição do local do Encontro, que seria, mais uma vez, em São Paulo, em 21 de setembro”.

Ainda sobre o III ENE, é preciso destacar a participação dos secundaristas do Estadual Central. Quando o evento foi conclamado a acontecer na cidade de Belo Horizonte, os estudantes do Central que possuíam uma posição política oposicionista ao Regime Militar se mobilizaram juntamente com outros secundaristas da cidade, tendo a União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) como mentora da mobilização no intuito de levá-los a participarem do evento e, dessa forma, criar um espaço para o estabelecimento de um processo de reorganização do próprio movimento estudantil secundarista. Essa posição dos secundaristas pode ser



visualizada no relato de Jair Fonseca, ex-aluno do Estadual Central: “[...] nós, secundaristas, participamos para em paralelo buscar a reconstrução da UBES, buscando realizar grandes reuniões preparatórias de estudantes, inclusive no colégio Estadual Central”.

Apoiados pela UMES, os secundaristas do Estadual Central foram participar do III ENE, mas a atuação deles ficou restrita, como relata Geraldo Brescia, ex-aluno que atuou no ME do Central:

Quando a gente chegou na Faculdade de Medicina já estava tudo cercado. Não conseguimos entrar, senão tínhamos sido presos. Só tivemos a chance de correr da polícia no momento que baixavam o pau e prenderam todo mundo que estava lá dentro.

Com a repressão policial imposta, muitos secundaristas se dispersaram. Foi um dos aparatos policiais mais amplos que a cidade Belo Horizonte vivenciou, como retrata Elian Guimarães: “[...] a polícia cercou completamente, foi o maior aparato policial que eu já vi. A cidade parou. As pessoas não tinham acesso ao Pronto Socorro, a polícia não deixava passar ninguém”. Assim, os que se mantiveram naquele ambiente tiveram que atuar como intermediadores com quem estava dentro da Faculdade de Medicina.

Nesse sentido, os estudantes do Estadual Central compuseram um grupo que:

[...] fazia a comunicação com quem estava lá dentro e com quem se encontrava do lado de fora, levávamos comida e passamos a tentar negociar o desfecho, nos reunimos na igreja do Carmo<sup>4</sup> que tinha um padre bem progressista, o acesso a igreja era restrito, tínhamos uma senha “quem sabia rezar”, entrávamos a ali discutíamos a solução para aquele momento (ELIAN GUIMARÃES ex-aluno do Estadual Central).

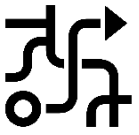
A repressão estava posta, o evento totalmente cercado, assim como parte considerável da região central de Belo Horizonte. Nesse instante, o Estadual Central também passou a ser visto como local de mobilização estudantil, e forças policiais foram enviadas para as redondezas da instituição, já que estudantes se encontravam em reunião no colégio.

A chegada das forças policiais ao Estadual Central é evidenciada por Ananias, ex-aluno da instituição: “o colégio Estadual foi cercado pela polícia para evitar que

---

<sup>4</sup> Igreja localizada na R. Grão Mogol, 502 - Carmo, região centro-sul de Belo Horizonte.





saíssemos à rua; e lá ficamos até o meio da tarde quando fomos liberados”. Ou seja, havia um temor de que, após os episódios referentes à repressão aos presentes na Faculdade de Medicina, os demais estudantes se mobilizassem para tomar às ruas de Belo Horizonte em atos de protesto contra as prisões que estavam sendo executadas no contexto do III ENE. O Estadual Central passava a ser visto como local estratégico pelos policiais, pois ali estava concentrado um grupo de secundaristas considerados possíveis mentores desses atos.

Entretanto, os episódios relacionados ao III ENE serviram de inspiração para os estudantes do Estadual Central seguirem em busca da reorganização de um movimento estudantil livre no interior do colégio, uma vez que se

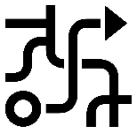
[...] visualizou a necessidade de terem esta iniciativa, devido a toda repressão que foi vivenciada na Faculdade de Medicina da UFMG, deixando claro o lado que estávamos, não era do lado da repressão, estávamos buscando uma discussão mais ampla e democrática (ELIAN GUIMARÃES, ex-aluno do Estadual Central).

Ao encontro do movimento a nível nacional, os secundaristas do Estadual Central que presenciaram as ações ocorridas no III ENE se instigaram e decidiram criar uma Comissão Pró-Grêmio, com o principal objetivo de “lutar pela representação livre dos estudantes, para criação de grêmios livres como ocorria antes da ditadura” (JAIR FONSECA, ex-aluno do Estadual Central).

Na época, no interior do colégio, não havia uma representação livre que direcionasse as demandas dos estudantes. Como já relatado, havia o Centro Cívico, totalmente controlado pela direção da escola, fato que, durante o fomento da Comissão Pró-Grêmio, contribuiu para o estabelecimento de um embate direto entre ambas as representatividades.

É nessa circunstância que esses jovens do Estadual Central decidem criar o jornal “Caminhando contra o vento”. Nas primeiras edições, detalham qual seria o objetivo da Comissão Pró-Grêmio no que tange a reorganização do movimento estudantil livre dentro do colégio. Observemos:

Um dos objetivos da Comissão é organizar os estudantes para que a partir desta organização possamos chegar até o nosso objetivo maior que é a formação de um grêmio livre, eleito pelos estudantes em uma campanha sem censuras; este seria um grêmio realmente representativo dos estudantes, que lutaria pelos estudantes; que não poderia ter em hipótese alguma o controle da diretoria [...] (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1977, p. 2).



Ter uma representatividade livre era visto pelos membros da Comissão Pró-Grêmio como o primeiro passo para existir realmente no Estadual Central um movimento estudantil que atuasse em prol dos alunos, que não fosse submisso às pressões e ao controle oriundos da direção. Para isso, era preciso conquistar um espaço que remetesse diretamente à liberdade e à democracia.

Ademais, esse espaço era necessário para que pudessem realmente se posicionar em relação às questões internas do colégio, bem como para trazer pontos referentes à participação política dos estudantes no contexto geral. Resumidamente, seria um organismo que atuaria com propósitos específicos, como é discriminado numa das edições do jornal “Caminhando contra o vento” do ano de 1977:

Os objetivos da comissão são basicamente a denúncia das péssimas condições de ensino (falta de laboratório, material didático, altas mensalidades e etc.). Denúncia da falta de professores decorrente dos baixos salários que os mesmos recebiam, ajudar colegas na elevação de seu nível de consciência e, claro, conquistar, na luta, um grêmio livremente organizado e eleito pelos alunos. (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1977, p. 4).

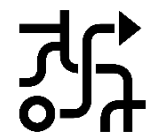
A Comissão Pró-Grêmio a partir desse instante passou atuar de acordo com seus propósitos, apesar de ainda conviver com o espaço de repressão e retaliações impostas pela direção escolar. A partir desse momento, o jornal “*Caminhando contra o vento*” ganha magnitude, tornando-se a voz desses estudantes que lutavam por liberdade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer deste artigo, estabelecemos como tema o Movimento Estudantil secundarista durante a Ditadura Civil-Militar. Assim, abordamos o Movimento Estudantil na Ditadura Militar e o Colégio Estadual Central de Belo Horizonte. Em seguida, o Movimento Estudantil Secundarista no Estadual Central.

Quando o golpe civil-militar foi efetivado em 1º de abril de 1964, o Estado brasileiro viu a sua jovem democracia ser destituída, sendo colocado em seu lugar um governo que estabeleceu como um de seus objetivos centrais a eliminação das liberdades individuais dos cidadãos, o que ficou evidente com o passar dos anos que seguimos sob a chancela da Ditadura Civil-Militar.

Contudo, sujeitos não desistiram de lutar pela liberdade e, claro, pela redemocratização do país. Assim, ao longo de 21 anos, diversas oposições foram



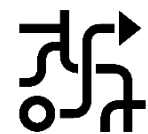
sendo moldadas, as quais, apesar de sofrerem com a repressão, mantiveram-se ativas perante os seus ideais. No decorrer desta pesquisa, destacamos o Movimento Estudantil Secundarista.

O Movimento Estudantil deve ser considerado um dos principais agrupamentos de oposição ao Regime Militar, mesmo não representando a totalidade dos estudantes. Aqueles que se colocaram neste lugar tiveram um papel fundamental na luta contra a repressão e os retrocessos políticos que eram impostos à sociedade pelo governo militar. Quando se fala na atuação dos estudantes nesse espaço político, tende-se a remeter de maneira mais condizente aos discentes universitários, mas uma movimentação política de grande valia pode ser observada em instituições de ensino secundário, como no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte.

No Colégio Estadual Central de Belo Horizonte ou Estadual Central, é possível perceber a consolidação de um Movimento Estudantil de oposição que foi de suma importância para entender o período militar na capital mineira. Esses jovens secundaristas, desde que o golpe foi concretizado, não deixaram de lado bandeiras fundamentais para o próprio espaço escolar, em específico a liberdade. O colégio era conhecido como “Escola Sem Muros”, algo que criou um sentido de liberdade responsabilizada por parte desses estudantes. Portanto, ao se depararem com a retirada de seus direitos e de verem suas liberdades cerceadas, colocaram-se em posição oposicionista ao Regime Militar.

Desse momento em diante, o Movimento Estudantil do Estadual Central sofreu reveses. Entretanto, os alunos não se deixaram abater e se posicionaram em momentos singulares do período, em especial no ano de 1968, quando houve um aporte da repressão sobre os ambientes escolares. Tal fato levou a uma série de intervenções e até mesmo à morte de estudantes, a exemplo do jovem secundarista Edson Luís, vítima da repressão policial na cidade do Rio de Janeiro. A cessação da vida do estudante mobilizou um protesto no Estadual.

Ao passo que 1968 significou o momento de maior efervescência dos estudantes do Central, esse ano também marcou o cerceamento total em torno do Movimento Estudantil por meio do Ato Institucional n. 5 e, posteriormente, com o Decreto 477 de 1969. Daí em diante, os estudantes viram seu movimento ser totalmente extirpado.



Somente na segunda metade da década de 1970, o Movimento Estudantil voltou a se reorganizar. Isso em um ambiente político marcado pela postura discursiva da abertura política “lenta, segura e gradual”, que se estabeleceu com o governo do General Ernesto Geisel. Assim, em 1977, após as ações repressivas das forças policiais em Belo Horizonte durante a realização do III ENE, os estudantes do Central buscaram reorganizar o seu movimento e lutar por uma entidade estudantil livre. Essa luta ganhou maior notoriedade com a criação da Comissão Pró-grêmio e do impresso “Caminhando contra o vento”.

A partir da Comissão e do impresso, os secundaristas opositores do Estadual Central passaram a pautar bandeiras em torno do princípio da liberdade e em contraposição ao Centro Cívico, considerado como a única entidade legal dos estudantes no interior do Colégio, estabelecendo um novo momento de atuação do Movimento Estudantil não somente no Estadual Central, mas na cidade de Belo Horizonte.

O artigo assim, trouxe a temática da resistência política ao Regime Militar para o contexto do Estadual Central, apresentando o impresso estudantil “Caminhando contra vento”, organizado por estudantes secundaristas com o objetivo de transforma-lo em um espaço para divulgação de questões políticas internas e externas que objetivava na reorganização de uma representatividade livre no Colégio.

Contudo, o presente estudo não encerra a perspectiva de análise sobre o desenvolvimento do Movimento Estudantil no Estadual Central, deve ser entendido como apenas como um primeiro passo para construção de um conhecimento histórico sobre um dos grupos de oposição ao Regime Militar de maior relevância, não apenas na capital mineira, mas em todo cenário nacional.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 1977.

BRAGHINI, K. Z; CAMESKI, A. S. Estudantes democráticos: a atuação do movimento estudantil de direita nos anos 1960. In: *Educ. Soc.* Campinas, 2015.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971*. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68065-14-janeiro-1971-4099\\_91-publicacaooriginal-1-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68065-14-janeiro-1971-4099_91-publicacaooriginal-1-pe.html). Acesso em: 18 abr. 2023.

*CAMINHANDO CONTRA O VENTO*, Belo Horizonte, 1977.



FILGUEIRAS, J. M. *A educação moral e cívica e a sua produção didática: 1969-1993*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

GUIMARÃES, E. Elian Guimarães [nov. 2021]. Entrevistador: Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves. Belo Horizonte, 2021. Entrevista concedida para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado em Educação e Formação Humana vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais.

GOUVÊA, M. C. S; LISBOA, A. H. Colégio Estadual: autogoverno e produção social da excelência no ensino secundário (Belo Horizonte, 1956-1964). In: *Educação em Revista*, Belo Horizonte, 2016.

MORAES, C. S. V. et.al. *Arquivos escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira*. 2005. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pffe/publicacao/2295/46-dossie-moraescsv\\_etal.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pffe/publicacao/2295/46-dossie-moraescsv_etal.pdf). Acesso em: 20 de abril de 2023.

MORAES, R. *Colégio Estadual*. Belo Horizonte: Conceito, 2014.

MULLER, A. *O movimento estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969- 1979)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

*PASTA DE SINDICÂNCIA (1968)*. Acervo Colégio Estadual Governador Milton Campos, 1968.

RIDENTI, M. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS et al. (org.). *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe 1964*. Rio de Janeiro: 2014, p. 30-47.

SANTANA, F. A. *Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964-1985*. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

TEIXEIRA, A. H. L. *Uma escola sem muros: Colégio Estadual Central de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1998.

VALLE, M. R. *1968: O diálogo é a violência: movimento estudantil e Ditadura Militar no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

Recebido em 20/06/2023

Aprovado em 07/11/2023